



A MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E A QUESTÃO SOCIAL NO SÉCULO XXI: A LUTA DE CLASSES E AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

MUNDIALIZATION OF CAPITAL AND THE SOCIAL ISSUE IN THE 21ST CENTURY: CLASS STRUGGLE AND NEW INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES.

MUNDIALIZACIÓN DEL CAPITAL Y LA CUESTIÓN SOCIAL EN EL SIGLO XXI: LUCHA DE CLASES Y NUEVAS TECNOLOGÍAS DE INFORMACIÓN Y COMUNICACIÓN

Rodolfo Francisco Soares Nunes¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o panorama em que se dá a relação dos interesses da classe trabalhadora no contexto do aumento da produtividade fomentado pela introdução de novas tecnologias de informação e comunicação que, em última análise, partem da estratégia de expansão do capital financeiro na busca pela reprodução do capital. Utilizando o último quartel do século XX como recorte temporal, período que compreende o ponto de inflexão para esta expansão e mundialização do capital, entende-se que a introdução de novas tecnologias intensificou a relação entre capital e trabalho no sentido de agravar a exploração da classe trabalhadora.

Palavras-chave: mundialização do capital; questão social; capital financeiro; classe trabalhadora.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo presentar el panorama en el que se desarrolla la relación de los intereses de la clase trabajadora en el contexto del aumento de la productividad impulsado por la introducción de nuevas tecnologías de información y comunicación, que, en última instancia, se derivan de la estrategia de expansión del

¹Doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pela Universidade Federal do Maranhão.

capital financeiro em busca de la reproducción del capital. Utilizando el último cuarto del siglo XX como período de estudio, que abarca el punto de inflexión para esta expansión y mundialización del capital, se entiende que la introducción de nuevas tecnologías intensificó la relación entre el capital y el trabajo, exacerbando la explotación de la clase trabajadora.

Palabras clave: mundialización del capital; cuestión social; capital financiero; clase trabajadora.

ABSTRACT

The present work aims to present the panorama in which the relationship of the interests of the working class occurs in the context of increased productivity fostered by the introduction of new information and communication technologies, which ultimately stem from the strategy of financial capital expansion in the pursuit of capital reproduction. Using the last quarter of the 20th century as a temporal framework, a period that encompasses the turning point for this expansion and globalization of capital, it is understood that the introduction of new technologies intensified the relationship between capital and labor in the sense of exacerbating the exploitation of the working class.

Keywords: mundialization of capital; social issue; financial capital; working class.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a configuração do capitalismo em sua etapa mundializada e como esta nova dinâmica reverberou no enfrentamento da questão social, principalmente no que diz respeito aos interesses da classe trabalhadora. Para tratar desta questão concreta, utilizou-se o método crítico dialético para compreensão dos fenômenos em sua totalidade.

A concepção materialista da história pode ser entendida como uma concepção marxista da vida social. Para tal, faz-se necessária a compreensão de uma unidade

indivisível da crítica da economia e da crítica da ideologia. Ainda neste sentido, busca-se, através da interpretação da realidade concreta, compreender o desenvolvimento dos seres envolvidos numa especificidade histórica (Korsch, 2008).

Ao assumir uma posição científica dialética pressupõe abordar de maneira crítica os seres sociais que estão envolvidos em um processo de totalização social. Tal totalização, por sua vez, dá-se sob um invólucro que nos faz, enquanto pesquisadores, pensarmos que há na construção do conhecimento, uma neutralidade científica.

Assume-se, portanto, a adoção da dialética como a assumpção de um compromisso metodológico de investigação e que reverbera no controle das relações causais que se dão no interior e de maneira recíproca (através da mediação) entre a humanidade e a natureza.

Compreende o conjunto de técnicas e procedimentos metodológicos que formam os meios técnicos para investigação. A primeira é a abordagem qualitativa do objeto. Dada a mudança social acelerada e a complexa diversificação das estruturas sociais e econômicas, faz-se cada vez mais necessária a compreensão de perspectivas sociais que contemplem estes novos contextos (Flick, 2008).

A opção pela abordagem qualitativa dá-se pela complexidade do objeto em questão, uma vez que se fez necessária a captura das nuances do ambiente que estão imbricadas nos pressupostos filosóficos, isto é, nas crenças acerca da natureza e da realidade. Proporcionando, assim, um maior alcance do conhecimento humano para a compreensão dessa realidade (Gil, 2021).

A pesquisa proposta para a investigação é a fenomenológica, por compreender a natureza dos fenômenos que se apresentam aos diversos sujeitos da nossa sociedade.

Sendo assim, esta modalidade de pesquisa busca a interpretação do mundo através das formulações que estão postas (aparência) e da compreensão daquilo que a conduziram para formação da consciência (essência) (Gil, 2021).

Para tal, parte-se do pressuposto que a introdução de novas tecnologias tem como propósito o aumento da produtividade do capital mediante o aumento da exploração da classe trabalhadora. O financiamento desta ação se dá pelo capital financeiro em seu ciclo de expansão no período neoliberal.

Para prosseguir com a investigação, apresenta-se os interesses dos trabalhadores no contexto da mundialização do capital e como a introdução das novas tecnologias aumentou significativamente a exploração da classe trabalhadora.

2. AS NECESSIDADES E OS INTERESSES DOS TRABALHADORES NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

Para situar as necessidades e os interesses dos trabalhadores deve-se entender, primeiramente, o contexto do Modo de Produção Capitalista (MPC) e como se dá a gênese da questão social. Desde os primórdios do MPC a lógica que opera o sistema de acumulação é o de subsunção real do trabalho ao capital e esta lógica permanece na atual configuração do sistema capitalista (Santos, 2017).

Antes de se iniciar a trajetória explicativa, cabe destacar que a questão social surge desta subjunção real. Ademais, é indissociável a gênese da questão social do processo de reprodução e acumulação do MPC. Os efeitos produzidos nesta trajetória reverberam sobre o conjunto de classes trabalhadoras (Iamamoto, 2001).

Quando se considera a relação Estado, Capital e Trabalho deve-se levar em conta a confrontação histórica que assume formas e processos distintos a depender do contexto sócio-histórico (Iamamoto, 2001). Desta maneira, o Estado burguês, ao tratar de políticas sociais públicas, se expressou de maneira distinta nos últimos 100 anos do sistema capitalista.

Tais políticas influenciaram e sofreram influência das necessidades e interesses dos trabalhadores que se apresentaram em um campo de disputa que deve ser analisado sob a lógica dialética da contradição própria do MPC. Isto posto, analisar a questão social no contexto do MPC é analisar, também, as expressões das lutas da classe trabalhadora.

Apesar de ter sua manifestação nos primórdios do sistema capitalista, haja vista a necessidade de produção e reprodução próprio de sua lógica de sobrevivência, o recorte temporal a ser feito na presente análise se dará a partir do movimento de mundialização do capital, potencializado pela expansão financeira e pela luta intercapitalista a nível global.

Tratar destas contradições no contexto dos desdobramentos do MPC no último quartel do século XX e no primeiro quartel do século XXI não significa desconsiderar todos os conflitos e dinâmicas anteriores, pelo contrário, trata-se de apresentar como o enfrentamento desta questão social se apresenta com contornos cada vez mais expressivos e manifestos nas necessidades da classe trabalhadora.

Enquanto uma contradição viva, o capital se expressa neste período em sua fase potencialmente fatal, quando se leva em consideração a tendência globalizante do capital transnacional e seu domínio econômico e ideológico dos Estados nacionais sob uma ordem hegemônica estabelecida (Mészáros, 2012):

Apesar de todos os esforços das potências dominantes para fazer seus próprios Estados nacionais triunfarem sobre os outros, e dessa forma prevalecer como Estado do sistema do capital em si, precipitando a humanidade, no curso dessas tentativas, para as vicissitudes sangrentas das duas horrendas guerras mundiais

do século XX, o Estado nacional continuou sendo o árbitro último da tomada de decisão socioeconômica e política abrangente, bem como garantidor real dos riscos assumidos por todos os empreendimentos econômicos transnacionais (Mészáros, 2012, p. 33).

Isto posto, as necessidades dos trabalhadores e os interesses de classe ainda encontram campo de disputa nas políticas públicas que são regidas (seja diretamente ou indiretamente) pelos Estados nacionais. Mesmo no contexto do capital mundializado, as expressões da questão social se dão no âmbito do território e os interesses dos trabalhadores são influenciados pelo meio econômico e social a que estão imediatamente expostos.

No entanto, a disputa secular entre as classes trabalhadora e capitalista chega em um novo estágio histórico. Torna-se incontornável o afrontamento da contradição fundamental e a limitação estrutural do sistema. Em outras palavras, no âmbito das políticas sociais como resultado do enfrentamento da questão social, a classe trabalhadora enfrenta um campo composto pela burguesia local e, além disso, do capital financeiro internacionalizado e articulado (Iamamoto, 2001; Mészáros, 2012).

As alterações observadas no sistema capitalista têm como fiel condutor a finança, que potencializa as mudanças observadas no sistema, desempenhando um papel considerável no capitalismo contemporâneo, se manifesta mediante suas práticas e instituições na busca pela realização do lucro e satisfaz as necessidades dos seus detentores (Brunhoff, 2010). Nas palavras da autora:

A pressão mais forte da concorrência mundializada desempenha no grande papel da centralização econômica e financeira do capital inerente ao 'sistema de crédito', do qual falou Marx [...]. Entretanto, a concorrência fiscal entre Estados para atrair as fortunas importantes se intensifica, mesmo entre participantes da União Europeia (Brunhoff, 2010, p. 70 e 71).

Esta disputa fiscal entre os Estados, atrelado à nova dinâmica do poder hegemônico dos Estados Unidos a partir de instituições internacionais criadas no

pósSegunda Guerra Mundial, intensifica a pressão do capital sobre a classe trabalhadora. Isto posto, não se pode considerar a finança como um ser alheio às relações sociais.

Pode-se afirmar, portanto:

A natureza deste objeto [a finança] está, com efeito, em conformidade com as estruturas que foram descritas a propósito da classe proletária, como classe protagonista da história, isto é, levando em conta suas bases econômicas e seus organismos de luta, como sindicatos e os partidos (Duménil; Lévy, 2010, p. 188).

A finança surge como uma grande dinamizadora e gestora da crise da concorrência. Neste sentido, surgem novas formas de propriedades das empresas e das instituições financeiras. Tais relações, apesar de umbilicalmente ligadas, não se dão em plena harmonia e concomitância. As brigas e afagos destes dois setores tem explicação e ajudam a explicar os movimentos nas lutas de classes (Duménil; Lévy, 2010).

Antes concentrado no Comércio Exterior como eixo dinâmico da expansão do capital, o Investimento Externo Direto (IED) se tornou o principal veículo do processo de internacionalização do capital, e tem como principal característica o alto grau de concentração dentro dos países adiantados, tal desempenho se dá às custas dos países em desenvolvimento (Chesnais, 1996).

Em suma, tem-se uma disputa fiscal entre os Estados que, acentuado pela finança e conduzido pela lógica de concentração mediante IED, o capital em sua fase mundializada exprime para a classe trabalhadora sua dinâmica mediante a integração das bases industriais nacionais a uma lógica de acumulação internacional.

A alienação – entendida aqui em seu sentido de estranhamento – que antes ocorria no território, agora se dará a nível global. Neste contexto, paripasu a esta transformação no mundo do trabalho para acompanhar o processo de reestruturação produtiva, tem-se as organizações internacionais reproduzindo e intensificando a dinâmica de produção nos países dependentes para garantia da reprodução do capital. Neste sentido, Chesnais aponta:

Houve o surgimento de oligopólios mundiais num número crescente de indústrias. Constituídos sobretudo por grupos americanos, japoneses e europeus, eles delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e de cooperação. Esse espaço é defendido contra entrada de novos concorrentes de fora da área da OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico], tanto por barreiras de entrada de tipo industrial, quanto por barreiras comerciais regidas pelo GATT [Acordo Geral de Tarifas e Comércio, substituído pela Organização Mundial do Comércio em 1995]. (Chesnais, 1996, p. 33)

O movimento da mundialização do capital, intensificado pela finança, é excludente. A ascensão do capital passa a ocorrer de maneira jamais vista e conserva sua forma monetária mediante grandes lucros, acentuando assim os aspectos financeiros dos grupos industriais. Para além disso, se impôs a lógica financeira ao capital investido no setor de manufatura e de serviços (Chesnais, 1996).

Outro fator de extrema importância e que justifica a demarcação histórica é o conceito de acumulação flexível enquanto forma de organização da produção na sociedade capitalista contemporânea.

Para David Harvey, o MPC apresentou uma imensa mudança em sua aparência a partir de 1973, embora tenha mantido sua essência estrutural de tendência à crise. Para o autor, as possibilidades criadas pela inclusão de novas tecnologias permitiram uma reconstituição das relações de trabalho e novas formas de organização das bases sociais, econômicas e geográficas em escala global (Harvey, 2008):

A atual conjuntura se caracteriza por uma combinação de produção fordista altamente eficiente (com frequência nuançada pela tecnologia e pelo produto flexível) em alguns setores e regiões [...] e de sistemas de produção mais tradicionais [...] que se apoiam em relações de trabalho 'artesaniais', paternalistas ou patriarcais (familiares) que implicam mecanismos bem distintos de controle do trabalho (Harvey, 2008, p. 179)

Com tais modificações no modo de produção e na organização de setores pelo mundo, a configuração da classe trabalhadora global também sofreu alteração. A nova composição se manifesta em termos de interesses políticos e de consciência. Tem-se, a partir de então, um aumento na base social de ideologias de empreendedimentismo,

paternalismo e privatismo (Harvey, 2008). Dessa maneira, importa destacar o poder hegemônico dos Estados Unidos. Nas palavras de Mészáros (2012, p. 41):

Como ocorre com toda contradição importante de um dado sistema, as condições objetivas tornam imperativo que se persiga hoje a estratégia de dominação hegemônica por uma superpotência econômica e militar, não importa a que custo, para tentar superar a separação estrutural entre o capital transnacional e os Estados nacionais.

Entende-se a questão social enquanto conjunto de expressões do próprio processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora que, dado o contexto sócio histórico e da sua inserção neste cenário político e econômico, poderá se apresentar de diversas formas. Cabendo, então, entendermos que a questão social é formada pela manifestação da contradição existente e umbilicalmente relacionada à própria confrontação de classes (trabalhadora e capitalista) (Iamamoto; Carvalho, 1995).

Desta maneira, ao analisarmos o todo apresentado até então, temos que a questão social deva ser analisada levando em consideração o contexto do capital mundializado e excludente que, mediante a acumulação flexível como forma de organização produtiva, trouxe novos contornos para a organização e situação da classe trabalhadora.

Toma-se emprestado, também, o conceito marxiano de composição orgânica do capital a qual nos explica que o capital, manifestado em sua lei geral de acumulação, é formado pelas chamadas forças produtivas que, em sua parte variável compreende a força de trabalho adquirida pelo capitalista, e em sua parte constante, formada por todo aparato necessário para produção de mercadorias, denominados meios de trabalho e objetos do trabalho (Marx, 2013a).

Os adjetivos qualificadores do capital referem-se à frequência de pagamento por parte do capitalista aos detentores dos fatores produtivos. A força de trabalho é

considerada como capital variável uma vez que todo ciclo de processo produtivo se faz necessária a aquisição dessa força de trabalho e, uma vez adquirida, ficará a sua utilização condicionada de acordo com a vontade do capitalista. Os meios de trabalho e os objetos de trabalho podem ser utilizados por mais de um ciclo produtivo (Netto; Braz, 2012). A produtividade refere-se, em poucas palavras, à quantidade de mercadorias produzidas pelo fator força de trabalho durante o ciclo de processo produtivo.

Destes conceitos desdobram-se dois elementos: a) a questão social está intimamente ligada à dinâmica do sistema capitalista e como a produção e reprodução está sendo operada; e b) os interesses da classe trabalhadora ganham novos contornos à medida que este capital total se amplia através da superexploração da parte variável.

Com o processo de mundialização do capital, a busca por maior produtividade se deu através da interpenetração entre capitais de diferentes nacionalidades, mediante fusões, aquisições e incorporações, as estruturas de produção que já eram concentradas, alcançaram escala mundial (Chesnais, 1996).

Com isso, os limites que existiam no aumento da produtividade e, consequentemente, na realização do lucro foram superados a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Primeiro com a expansão do IED e, em movimento inverso a partir da década de 1980, com a marginalização dos países em desenvolvimento e com o recuo destes investimentos e das transferências de tecnologias (que possibilitam incrementos de produtividades na periferia global) (Chesnais, 1996). Em resumo, o autor complementa:

A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de dismantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (Chesnais, 1996, p. 34, grifo do autor)

A questão social e, com isso, os interesses da classe trabalhadora a partir da transformação produtiva² que ocorreu no caminhar das décadas de 1970 e 1980, devem ser situados no contexto de lutas contra a retirada de conquistas e conquista de direitos sociais, ganhos de produtividade que ocorreram no primeiro período apontado por Chesnais. Para além disso, tem que se pensar na situação do trabalhador no contexto da Nova Divisão Internacional do Trabalho. Em suma, Oliveira (2015, p. 103) afirma:

A mundialização acabou por redesenhar de maneira acelerada e drástica o mapa mundial econômico, uma vez que sociedades nacionais subordinam-se a uma nova ordem econômica mundial, embora mantenham entre si profundas diferenças.

Trata-se aqui dos interesses da classe de trabalhadores no contexto da mundialização do capital, hegemonia financeira e do neoliberalismo. Quanto a este último elemento, utiliza-se a definição de Duménil; Levy (2010, p. 86)

O que é essa ordem neoliberal? Em primeiro momento, nós a caracterizamos como uma nova hegemonia financeira. Mas, considerada do ponto de vista das relações internacionais, essa ordem capitalista neoliberal só pode ser entendida no contexto geral do imperialismo contemporâneo [...]. O neoliberalismo define uma fase do capitalismo que possui características específicas sob todos esses pontos de vista [mudanças técnicas e da rentabilidade, estrutura de classe, formas de poder estatal, quadro institucionais etc.].

Por fim, dentre os inúmeros interesses da classe trabalhadora, elege-se aqui, sem dimensionar sua importância frente os outros, como se dá a relação capital-força de trabalho através da utilização da tecnologia.

Ao considerarmos que novos interesses da classe trabalhadora surgem com a nova hegemonia financeira, não significa aceitar que as demandas da classe trabalhadora das fases anteriores foram atendidas. Tampouco eleger um aspecto (refração) da questão

² A virada da década de 1970 para a de 1980 compreende um acontecimento de suma importância para entendermos a nova ordem social, que foi a decisão do Federal Reserve (FED) de elevar a taxa básica de juros com vistas a eliminar a inflação interna dos Estados Unidos, que fez com que os países da periferia global, em especial os da América Latina, colapsassem. Dada a tamanha violência política, tal acontecimento pode ser denominado como golpe de 1979 (Duménil; Levy, 2005).

social, como é a apropriação das mudanças técnicas pela classe trabalhadora, não significa minimizar ou desconsiderar outros aspectos.

3. AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A CLASSE TRABALHADORA

Ao observarmos a composição orgânica do capital e o crescimento do capital total mediante acréscimos de capital constante frente ao capital variável, a relação entre capital e força de trabalho tem a tecnologia como fator importante no aumento da produtividade do trabalho.

Neste caminho de incorporação de capital constante na composição orgânica é que se tem a implementação, pelos grupos industriais de tecnologias, atrelada ao fato das oportunidades proporcionadas pelas novas tecnologias. Principalmente as novas tecnologias de informação e comunicação, que são incorporadas, para além da produção industrial, à gestão e finanças com intuito de ampliar o controle e a reorganizar a produção com vistas ao aumento da produtividade (Chesnais, 1996).

Tal processo viabilizou a internacionalização do capital e modificou profundamente as relações com a classe operária. Com a recuperação da rentabilidade do capital investidos no setor de manufatura e de serviços, a combinação de fatores tecnológicos e organizacionais fez com que o capital continuasse em busca de sua produção e acumulação em escala global (Chesnais, 1996).

A nova configuração do sistema capitalista guiada pelo capital monetário passou a impor novas prioridades e prazos cada vez menores para a reprodução do capital. Para tal, dois movimentos se fizeram de crucial importância: a reestruturação do processo produtivo com a readequação das empresas e do centro de decisão para esta nova configuração; e a orientação setorial dos investimentos produtivos, principalmente no setor de telecomunicação e mídias (Chesnais, 1996).

Estes elementos novos são característicos desta nova fase do capitalismo sob a hegemonia financeira. Contudo, o imperialismo ainda constitui uma das características fundamentais do capitalismo. Entendendo o imperialismo como a capacidade de extração de lucros por países de um centro hegemônico sobre países de uma periferia, sob um processo de domínio contínuo, que se perpetua em uma estrutura de acumulação violenta (Duménil; Levy, 2007; Lênin, 2011).

Além de viabilizar, a incorporação dessas novas tecnologias e sistemas organizacionais foram responsáveis pela manutenção de certa estabilidade – pelo menos no centro hegemônico – do atual regime de acumulação. É justamente com a incorporação de novas tecnologias que, por consequência, reorganizam a produção de forma a restabelecer as taxas aceitáveis de rentabilidade, que sem tem os reparos temporal e espacial no processo de acumulação capitalista (Harvey, 2008).

As novas tecnologias da informação e comunicação proporcionaram radical reconstituição espacial na configuração da produção. Atrelado à incorporação de maiores sistemas de controles do trabalho, tornou-se possível a realização de novos produtos e padrões na divisão internacional do trabalho (Harvey, 2008).

Nesta nova fase, com velhas configurações, tem-se uma dinâmica a qual a ascensão do capital financeiro somente foi possível mediante o ressurgimento de formas

agressivas e brutais de manutenção e aumento da produtividade. A apropriação da maisvalia, tanto a absoluta como a relativa, foi intensificada e ganhou ares mundiais com o acréscimo das novas tecnologias da comunicação e informação (Chesnais, 1996).

Para Iamamoto (2021, p. 72):

A produtividade do capital é expressão capitalista da força produtiva social do trabalho e das condições de seu desenvolvimento, que aparecem como obra do capital contra o trabalhador: o poder do trabalho materializado sobre o trabalho vivo, do produto do trabalho sobre o próprio produtor.

Desta forma, o trabalho produtivo, objetivado pela inclusão destas novas tecnologias, se dá mediante a incrementos dos meios de trabalho. Trata-se, então, de produtividade relativa, a qual o trabalhador repõe o valor pago anteriormente pela venda da sua força de trabalho e cria um valor novo.

Quando se coloca nesta equação como se dá a dinâmica do capital e a articulação para que a parte constante do capital subordine a força de trabalho, tem-se a importância de se investigar as diversas formas de organização de trabalho e a distribuição da riqueza criada pelo trabalhador e como esta riqueza é apropriada, mediante a repartição em diversas frações de renda (Iamamoto, 2021).

A esfera financeira e todo seu circuito de valorização nada cria de material. Esta vive diante da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo que se origina através da mobilização e da articulação da força de trabalho. Quando se pensa na questão social e na relação Capital, Força de Trabalho e Estado, percebe-se que toda essa dominação ocorre mediante anuência dos Estados nacionais, subordinados cada vez mais às organizações internacionais que reproduzem o poder político dos centros hegemônicos (Iamamoto, 2021).

É justamente na manifestação desse poder político por parte das organizações e das relações de classe que se revela as relações de dependência estrutural do sistema capitalista. Neste sentido Octávio Ianni afirma que este novo ciclo de expansão do capitalismo, pautado nas organizações internacionais e no capital transnacional, redesenha o mapa mundial (Ianni, 2004). Sobre esta relação e o Imperialismo na América Latina, o autor ainda afirma:

Houve uma interiorização, mas não uma verdadeira nacionalização dos centros de decisão anteriormente localizados no exterior [...]. E por intermédio de instituições e doutrinas às vezes bastante sofisticadas, criam-se novas condições de dependência. Como o capitalismo ensaiado em alguns países não atingiu as condições de autopropulsão, o poder público foi levado a criar ou reformular instituições e diretrizes, a fim de preservar e desenvolver as relações de dependência (Ianni, 1988, p. 171, grifos do autor).

Desta maneira, mesmo que ainda se reconheça a presença dos Estados nacionais, ainda se deve levar em consideração que estes se mantêm para atender aos interesses da classe dominante, tanto a nacional quanto a internacional interiorizada – que convergem em diversos pontos, como parte de um interesse do sistema total (Ianni, 1988). O poder da classe dominante ganha um impulso sem precedentes nesta nova etapa e reverberam de maneira intensa nos interesses da classe trabalhadora.

Mesmo com um ponto divergente, cita-se Mészáros (2012, p. 46, grifos do autor)

Extremamente significativa, sob esse aspecto [estágio de única potência hegemônica], é a atitude assumida em relação à questão dos interesses nacionais. De um lado, sua legitimidade é afirmada pela força quando as questões em pauta afetam, direta ou indiretamente, os supostos interesses dos Estados unidos [...]. De outro, entretanto, interesses nacionais legítimos de outros países são arrogantemente ignorados como 'nacionalismo' intolerável ou 'pandemônio étnico'.

O combinado de todos estes fatores apresentados até então: expansão financeira, internacionalização do capital, aumento da produtividade mediante incorporação de

novas tecnologias reflete de maneira uníssona na classe trabalhadora: sob a forma de maior exploração.

Mesmo que de maneira não homogênea, a situação total do trabalhador tem se deteriorado ao longo das últimas décadas. O desemprego estrutural se amplia, principalmente nos países periféricos dependentes, destacadamente naqueles que não são de interesse direto do capital mundializado e não conseguem apropriar verdadeiramente dos incrementos do produto socialmente produzido (Iamamoto, 2021).

A autora ainda aponta:

A contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável e invisível, legalmente clandestino. Cresce o trabalho desprotegido e sem expressão sindical, assim como o desemprego de larga duração. Os segmentos do proletariado excluídos do trabalho envolvem trabalhadores idosos ou pouco qualificados e jovens pobres, cujo ingresso no mercado de trabalho é vetado (Iamamoto, 2021, p. 118)

Por fim, destaca-se que dentre as contradições do sistema capitalista a de que as possibilidades de produção se ampliam a ponto de não atender as necessidades materiais da classe trabalhadora – quem de fato produz riqueza – tem se expressado de maneira mais contundente de acordo com o que foi exposto anteriormente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma nota antes do fim se faz pertinente a título de comparação com duas discussões que se entrelaçam neste ensaio. Destaca-se a discussão de uma “nova”

questão social, a partir do entendimento de que as novas configurações do capitalismo contemporâneo significaram, também, uma ruptura com o período capitalista industrial (Pastorini, 2022).

De maneira análoga, tem-se a construção da consciência de que estamos no decurso de uma nova revolução industrial (a quarta), guiada pelas novas tecnologias de comunicação e informação, pelo fluxo de ativos intangíveis e de informações jamais visto no sistema capitalista (Schwab, 2016).

Embora a primeira discussão seja questionada de maneira muito mais contundente na literatura do que a segunda, levanta-se o ponto em comum que é exigido para tratar do adjetivo que qualifica a questão e a revolução. A “nova” seria regulada por um novo tipo de Estado, “estrategista e inteligente” para o primeiro e “regulador e precavido” para o segundo, como se o Estado burguês não tivesse uma participação ativa na nova configuração do capitalismo.

Esta visão ‘tecnologicista’ e gerencialista do Estado nação é amplamente difundida por organizações internacionais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde a sua repaginação com o advento do neoliberalismo (Fortes; Pereira; Ramos, 2021).

Ainda em sua obra da década de 1990, François Chesnais já apontava para a atuação propagandista de organizações como OCDE, FMI e o antigo GATT. Quanto à primeira, o autor já apresentava que seus trabalhos e relatórios conferiam especial atenção para o papel do investimento externo no desenvolvimento tecnológico do país, que se daria mediante a desregulamentação e, posteriormente, para as novas tecnologias propulsoras e intensificadoras do processo de globalização (Chesnais, 1997).

Por fim, aponta-se que, da mesma maneira que a questão social ainda reflete os problemas do antigo capitalismo sob nova etapa, uma vez que este jamais se desfez do imperialismo na sua dinâmica de expansão (produção e reprodução). As novas revoluções industriais que são apontadas pelas organizações internacionais se apresentam como novos desdobramentos de um sistema que ainda é pautado pela luta de classes e que as tecnologias difundidas e defendidas são utilizadas para intensificação da exploração da classe trabalhadora mediante aumento da sua produtividade.

Referências:

BRUNHOFF, Suzanne de. Finança, Capital, Estados. In BRUNHOFF, Suzanne de et al. (orgs.). A Finança Capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norteamericana. In CHESNAIS, François (org.). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências; São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Neoliberalismo - Neo-imperialismo. In Economia e Sociedade, vol. 16, n. 1, p. 1-19, Campinas, 2007.

_____. A Finança Capitalista: relações de produção e relações de classe. In BRUNHOFF, Suzanne de et al. (orgs.). A Finança Capitalista. São Paulo: Alameda, 2010.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo, SP: Grupo A, 2008.

FORTES, A. R. S.; PEREIRA, C. S.; RAMOS, L.. As organizações internacionais e a hegemonia mundial: a guinada neoliberal da OCDE. In OIKOS, vol. 20, n. 2, p. 247-263, Rio de Janeiro: OIKOS, 2021.

GIL, Antonio Carlos. Como Fazer Pesquisa Qualitativa. São Paulo, SP: Grupo GEN, 2021.

HARVEY, David. Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

IAMAMOTO, M. V.. A Questão Social no Capitalismo. In Temporalis, Ano II, n. 3, p. 09-32 ABEPSS: 2001

_____. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. de. Relações sociais e serviço social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IANNI, Octavio. Imperialismo na América Latina. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. Pensamento social no Brasil. Bauru: EDUSC, 2004.

KORSCH, Karl. Marxismo e filosofia. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2008.
(Pensamento Crítico, v. 12).

LÊNIN, V. I.. O imperialismo, etapa superior do capitalismo. Campinas, SP: Navegando Publicações, 2011.

MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. O Capital: O Processo Global da Produção Capitalista. Livro 3. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie?. São Paulo: Boitempo, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012

OLIVEIRA, Valdeir Claudinei de (org.). Capitalismo e questão social. São Paulo: Pearson, 2015.

PASTORINI, Alejandra. A categoria "questão social" em debate. v. 17. São Paulo: Cortez, 2022.

SANTOS, Josiane S. "Questão social": particularidades no Brasil. v. 6. São Paulo: Cortez, 2017.

SCHWAB, Klaus. A quarta revolução industrial. São Paulo: Edipro, 2016.

Submissão: março 2024

Aceite: julho 2024